

Monumenta Anchieta, latinidade e o trabalho filológico de Armando Cardoso

Monumenta Anchieta, latinitas and the philological works of Armando Cardoso

Leonardo Ferreira Kaltner*
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo: José de Anchieta (1534-1597) foi um dos vultos da produção literária no Brasil quinhentista, tendo legado à posteridade obras em língua portuguesa, espanhola, latim e tupi, que evidenciam o multiculturalismo inicial da América portuguesa. Sua obra representa a transmissão da neolatinidade ibérica às Américas. Analisaremos, pois, no artigo, questões relativas às suas obras escritas em latim e à manutenção da latinidade no contexto do Brasil quinhentista, além de investigar o trabalho filológico desenvolvido por seu principal editor, Armando Cardoso, filólogo e linguista do século XX, que atuou no Brasil ao longo de décadas divulgando as obras de Anchieta. Por fim, apresentamos excerto do *Poema epicum De Gestis Mendi de Saa*, como exemplificação do trabalho filológico de Cardoso com a obra novilatina de Anchieta.

Palavras-chave: Filologia românica. Latinidade. Anchieta.

Abstract: José de Anchieta (1534-1597) was one of the central figures of the literary production in sixteenth-century Brazil, having left to posterity works in Portuguese, Spanish, Latin and Tupi languages, which show the initial multiculturalism of Portuguese America. His work represents the transmission of the Iberian neolatinism to the Americas. I will analyze in the article, questions related to his works written in Renaissance Latin and to the maintenance of Latinity in the context of sixteenth-century Brazil, besides investigating the philological work developed by his main editor: Armando Cardoso, philologist and linguist of the 20th century, who has worked in Brazil for decades publishing the works of Anchieta. Finally, I present an excerpt from the *Epicum poem De Gestis Mendi de Saa*, as an example of the philological work with his neo-latin work.

Keywords: Romance philology. Latinity. Anchieta.

FLP20(2)

1 INTRODUÇÃO: LATINIDADE IBÉRICA APÓS A QUEDA DE ROMA

O conceito de latinidade é complexo, remetendo, inclusive, a construções recentes da diplomacia e das relações internacionais, cujo desenvolvimento levou à fundação do acordo multilateral da União Latina (Unilat) em 1954¹, organização de países que se autodenominam latinos, que foi extinta, porém, em 2012. A UNILAT incluía 36 Estados-membros da América Latina e Central, da África, Ásia e parceiros estratégicos da Europa como Portugal, Espanha, Itália, Romênia e França, países cuja

* Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil; leonardokaltner@id.uff.br

¹ Cf. Franco (2002, p. 7 e seguintes).

língua oficial é neolatina, envolvidos com a origem e disseminação do conceito diplomático de latinidade, este, por sua vez, oriundo do século XIX, quando o conceito de América Latina surgiu como elemento diferenciador da América do Norte². O conceito filológico de latinidade, entretanto, é mais antigo e referendado pelo uso do termo *latinitas* pelo gramático Varrão, autor do tratado *De Lingua Latina*, e outros, em sua época, ainda no final da Roma republicana:

This period also saw the appearance of the concept of *latinitas*, inspired by the concept of *hellenismos*. On this basis, grammarians tried to establish the formal correctness of words, syntax and turns of phrase, thereby conferring greater unity upon the Latin language. Varro then presented all these debates in a work of synthesis. In his view *latinitas* meant formal correctness of the language, founded on nature (*natura*), analogy (*ratio*), usage (*consuetudo*), and *auctoritas* of authors (Moatti, 1997, p. 174).

No presente artigo, analisamos uma questão histórica relacionada à latinidade, enquanto conceito cultural, mas em contexto diverso. Nosso conceito de latinidade é referente à expansão e manutenção da língua latina pelos romanos na constituição da *Respublica* e do *Imperium Romanum*, em sua expansão para a Península Ibérica, e referente à manutenção posterior desta latinidade após a queda de Roma, no mundo românico, até o Renascimento, período em que Anchieta escreve sua obra novilatina. Dessa forma, nessa exposição está englobado o período das navegações e descobrimentos de Portugal, no século XVI, em direção às Américas, no contexto de reforma das instituições educacionais renascentistas, em que se insere a obra novilatina de Anchieta. O processo de romanização da Península Ibérica³ e o posterior desenvolvimento do reino português são parte da formação de uma identidade latina e neolatina surgida na Europa após a queda de Roma:

A história da língua latina, particularmente do latim vulgar, está intimamente ligada à do Império Romano. À medida que se expandiam as fronteiras do Império por meio de conquistas e de hábeis alianças, alargava-se o espaço territorial do latim. Crescendo com o Império, decaiu com ele, mas não morreu: em situações geográficas e em condições sociais, econômicas e culturais diferentes, do latim vulgar, falado pelas populações deixadas pelo refluxo de Roma, nasceram as línguas românicas, que o perpetuam (Bassetto, 2013, p. 99-100).

Ao buscar conceber uma sociedade com valores humanísticos de modo universal, a partir do filelenismo, a cultura latina romana encetou diálogo com outras culturas e civilizações, através do desenvolvimento das ciências, das artes e da filosofia

² Segundo Diniz (2007, p. 133-134): “Essa nova invenção da América nasceu na Europa, mais precisamente na França, sob o Segundo Império. E esse novo batismo pode ser considerado quase tão importante quanto foi o primeiro, no século XVI, em que o geógrafo Waldseemüller designou América, do nome de Américo Vespucci, ao continente descoberto por Cristóvão Colombo. Data, portanto, do início da segunda metade do século XIX, o surgimento da expressão América Latina”.

³ Sobre a romanização da Península Ibérica (Vidos, 1996, p. 161): “A ocupação da Hispânia foi uma empresa difícil e durou uns duzentos anos. Primeiramente foram ocupadas as localidades do Nordeste, na costa catalã. Depois do primeiro desembarque nas Ampúrias (218), no ângulo norte-oriental da Espanha, os romanos haviam ocupado Tarragona. Seguiu depois a ocupação de Sagunto (215) e de Cartagena (208), mais tarde a de Andaluzia no Sul. Ao Norte, Jaca foi ocupada em 197 e o território lusitano entre os anos de 191 e 185. Só em 19 antes de Cristo e depois de submetidos os cântabros, Astúrias e Galiza, ficaram estabelecidas as bases iniciais para uma definitiva romanização.”

em Roma, no que ficou conhecido como “século de ouro” da dinastia júlio-claudiana. Dessa forma, este período de desenvolvimento do mundo ocidental demonstrou que o rompimento do isolacionismo dos povos permitiria um desenvolvimento conjunto e contínuo, ainda que fosse período passageiro. Entretanto, os períodos posteriores do *Imperium Romanum* já não seriam calcados em tão boas relações entre o mundo ocidental e o Oriente Próximo, até a queda de Roma, por exemplo. Após a queda de Roma, o elemento amalgamador passaria a ser o cristianismo, no período medieval, como receptor e transmissor da latinidade pelo continente europeu.

André de Resende, em sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* (Sobre as Antiguidades da Lusitânia), escrita em latim no contexto do Humanismo renascentista português e publicada em 1593 em Évora, invoca a origem dos lusitanos vinculada ao antigo mundo greco-romano. Entretanto, para que a latinidade romana, desde a queda do *Imperium Romanum* até o Renascimento chegasse a Portugal, e daí, posteriormente pelas navegações fosse irradiada às Américas, no século XVI, houve um longo trajeto, para a sua manutenção e transmissão em contexto cultural ibérico. A manutenção do uso do latim, nas províncias, após a queda de Roma, e o contínuo vínculo das comunidades românicas e cristãs da região ibérica com a Igreja de Roma permitiram a manutenção desta latinidade, mesmo em períodos de grandes transformações na antiga província romana da *Hispania*, de qual fazia parte a *Lusitania*:

Principio, ut de nomine Lusitaniae aliquid dicamus, nomen illi dedisse Lusum Liberi Patris, ac Lysam cum eo bacchantem asserit Plinius, cuius uerba nonnulli diuerso sensu intellexere. Dum aliqui Lusum atque Lysam Bacchi fuisse comites credunt, a quorum altero Lusitania uocata sit, ab altero uero Lysitania, utroque enim modo appellari solet, alii Lusum, non hominem, sed ludum potius, seu lusionem interpretantur. Qui parum aduertisse uidentur non potuisse eo tempore a latina uoce, fortassis nondum audita, prouinciam denominari. Denominata est autem Lusitania ex ipso Bacchi aeuo, si Varroni, quem Plinius citat, fidem adhibeamus.

FLP20(2)

Vamos logo dizer de início alguma coisa sobre o nome da Lusitânia. Plínio, cujas palavras se prestaram a diferentes interpretações, diz que “Luso, filho do pai Líber, e Lysa, que com ele celebrava as Bacanais, lhe tinham dado o nome”. Enquanto uns pensam que Luso e Lysa foram companheiros de Baco, tendo o nome de Lusitânia derivado do primeiro e o de Lysitânia do segundo, pois são estes dois nomes que é costume atribuir-lhe, outros vêem em Luso não o nome de um homem, mas a palavra ludus (jogo) ou lusio (brincadeira). Parece não se terem apercebido antes de que a província não podia ser denominada naquele tempo por palavra latina provavelmente nunca ali ouvida. Ora, a dar fé a Varrão, que Plínio cita, a Lusitânia é assim chamada desde o tempo do próprio Baco (Resende, 2009, p. 92-3, tradução de Sebastião Tavares Pinho).

A manutenção e a transmissão da latinidade em contexto cultural ibérico, após a queda do Império Romano, são fenômenos interculturais complexos, de cuja compreensão e análise se depende, para que se possa aquilatar como, posteriormente, na época do Renascimento, certos usos e costumes linguísticos se mantiveram, como o emprego do latim como língua de cultura, tanto na prática religiosa cristã, quanto na educação humanística subsequente. Ainda que a história do cristianismo romano nasça da conversão do imperador Constantino⁴, o cristianismo de então seria professado

⁴ Segundo Carlan (2009, p. 29-30): “A ascensão de Constantino esteve ligada à transformação do Cristianismo. Os relatos de Eusébio de Cesareia, seu biógrafo, retratam o sonho de Constantino, à tarde,

majoritariamente na língua grega, influente sobretudo pelos livros do Novo Testamento, pela versão alexandrina da Septuaginta (Oliveira, 2008, p. 115-7) em *koiné* e pela obra de Orígenes. Dessa forma, a partir do papa São Dâmaso I, nascido na *Hispania* romana, em atual território de Portugal, o cristianismo da Igreja de Roma passaria também a ser professado e difundido em latim, havendo em São Jerônimo um esforço neste sentido, ainda que apenas com o Concílio de Trento, em 1563, tivesse sido reconhecida oficialmente sua tradução:

Quando a comunidade cristã aumentou, foi necessário adequar os textos à língua que a maioria conhecia, o latim vulgar. Surgiram assim várias traduções da Bíblia, em linguagem adaptada aos destinatários, cristãos latinos incultos. As primeiras datam da segunda metade do século II, com muitos vulgarismos, induzidos até certo ponto pela 'koiné' do original grego. [...]

A *Vetus Latina* de fato abrange um conjunto de traduções anteriores a S. Jerônimo (328-420), entre as quais se destacam a *Ítala*, literalmente fiel ao texto grego, com muitos plebeísmos, e a *Afra*, literalmente melhor. A *Vulgata*, como é conhecida a tradução de S. Jerônimo, só em parte é uma nova tradução, pois mantém o caráter literal da *Ítala* (Bassetto, 2013, p. 125-6).

Foi a partir de solicitação do papa São Dâmaso I que São Jerônimo, que fora aluno do gramático Donato, iniciou sua tradução das Sagradas Escrituras para editar a Bíblia Vulgata, trabalho filológico e linguístico que influenciou profundamente na manutenção da latinidade por todo o mundo ocidental cristão, inclusive na Península Ibérica. Com a queda do Império Romano do ocidente, cujo acontecimento de referência é, historicamente, a deposição do imperador romano em 476 d.C., a invasão germânica de antigas províncias romanas marca um novo período missionário na cristandade do medievo, em que o latim se mantém, enquanto língua de cultura, de contato linguístico e de conversão. O teólogo romano Boécio foi um dos expoentes desta época em relação à manutenção da latinidade, após as invasões bárbaras. A partir do estabelecimento do reino dos visigodos e dos suevos, no mundo ibérico, a manutenção da latinidade romana estaria vinculada à conversão dos povos de origem germânica ao cristianismo, vinculando-se estes reinos, por fim, à Igreja de Roma.

Santo Isidoro, que foi Bispo de Sevilha, célebre autor da enciclopédia *Etymologiae*, que trata também de assuntos linguísticos, participou do contexto de conversão da aristocracia visigótica ao cristianismo romano e o vivenciou, em uma mesma época em que surgia o islamismo no Oriente Próximo. Ambas as culturas entrariam em conflito no período subsequente, pela hegemonia no continente europeu. As obras de Santo Isidoro de Sevilha refletem o período medieval ibérico do século VII d.C., em que a adoção do cristianismo romano ainda se chocava com o arianismo visigótico dos povos germânicos. Ao mesmo tempo, a rejeição e perseguição à prática religiosa judaica se tornava patente também neste contexto, acirrando tensões

antes da batalha da ponte Mílvia. Ordenou pintar nos escudos de suas tropas o monograma cristão (☩). Assim venceu o usurpador Maxêncio. Essa passagem é citada por Lactâncio e Eusébio de Cesareia. Este último a cita duas vezes: na *História Eclesiástica* e *De Vita Constantini*. A tradição cristã diz que pouco antes de entrar em combate contra Maxêncio, o imperador “rezava e fazia frequentes súplicas”. Segundo o seu amigo e biógrafo Eusébio de Cesareia, quando surgiu um sinal divino no céu: as iniciais da palavra Cristo em grego (XP), acompanhada da inscrição *in hoc signo vinces* (“com este sinal vencerás”), Constantino teria mandado pintar o sinal nos escudos dos soldados, vencendo, assim, a batalha”.

quanto à diáspora judaica, através de uma visão assimilacionista, que futuramente redundaria na formação de comunidades de cristãos-novos, os marranos, por todo o mundo ibérico. Santo Isidoro de Sevilha foi considerado por alguns historiadores o último pensador do mundo clássico, e, em parte, sua obra foi responsável pela manutenção da latinidade no mundo visigótico:

Santo Isidoro de Sevilha (*Isidorus Hispalensis*) foi o mais produtivo escritor espanhol de seu tempo, tendo iniciado sua atividade episcopal depois do ano 600. Alguns anos antes, o rei Leovigildo (569-586) havia praticamente realizado a unidade territorial da Espanha visigótica e empreendera a crescente fusão de visigodos e hispano-romanos, autorizando a celebração de matrimônios mistos. Não conseguiu, entretanto, impor o arianismo a todo o seu reino, como desejava. Foi sucedido no trono por seu filho Recaredo (586-601), que em maio de 589, durante o terceiro concílio de Toledo, com sua esposa e juntamente com um grupo importante de nobres visigodos e bispos arianos, se converteu ao catolicismo que, a partir de então, foi proclamado como religião oficial da Espanha visigótica.

Já no exercício de seu episcopado em Sevilha, Santo Isidoro projetou a elaboração de uma vasta enciclopédia que sintetizasse todo o saber antigo, pagão e cristão, para que servisse como orientação aos estudos voltados para a Antiguidade clássica. Os visigodos estabelecidos na Espanha consideravam-se os legítimos sucessores de Roma na região, visto que o Império do Ocidente já não existia. E, para difundir a cultura latina em solo hispânico, Santo Isidoro apoiou seu trabalho no princípio de que o conhecimento do universo linguístico era a chave para a aquisição de todos os ramos do saber, através da investigação etimológica dos nomes que designavam os seres e objetos existentes em nosso universo: o conhecimento da etimologia de determinada palavra permitia conhecer o ser ou objeto por ela designado. Daí a publicação das *Etimologias*, após vários anos de estudos relacionados com as origens das palavras (Mollinari, 1998).

FLP20(2)

Com a expansão militar do islamismo, a partir de Meca, grande parte de antigas províncias romanas do norte da África foram dominadas, sobretudo com o estabelecimento de sucessivos califados, após a morte de Maomé. O califado dos omíadas invadiu o reino visigótico europeu, na Península Ibérica, em 711 d.C., dominando inclusive a população hispano-romana (Silva Neto, 1992, p. 333), e transformando os reinos ibéricos em províncias do califado. Logo a população cristã na região dominada desenvolveu a cultura moçárabe, fruto de contato linguístico e cultural. Quando os omíadas foram sucedidos pelos abássidas, Abderramão I, omíada, fugiu para Al-Andalus, estabelecendo-se em Córdoba. Grande parte do território ibérico nesta época estava sob domínio islâmico, restando apenas o reino das Astúrias ao norte, como resistência cristã e da latinidade:

O estado de crescente debilidade do Império Visigótico relacionado, sobretudo, com a sucessão dinástica no território peninsular leva os muçulmanos a acreditar no sucesso numa invasão. Esta iniciativa surge após um apelo de um dos grupos em contenda por essa sucessão. Assim, no ano de 711, tropas muçulmanas, compostas, essencialmente, por soldados berberes, vindas do Norte de África, comandadas por Tariq ibn Ziyad, dão início à conquista da *Hispania*. Com a derrota e capitulação do rei visigodo Rodrigo, na batalha de Guadalete, todos os territórios passam a ser progressivamente conquistados, à exceção de um pequeno reduto a norte da Península (Henriques, 2011, p. 4).

A figura do imperador romano-germânico Carlos Magno (742-814)⁵ é central, neste período histórico, para a manutenção da latinidade em contexto europeu, em época de dominação árabe no mundo ibérico. Desde Alcuíno e o início da Renascença carolíngia, os estudos linguísticos foram renovados no contexto das artes liberais e da escolástica, sobretudo na reorganização do *trivium*, composto pela gramática latina, a retórica e a dialética clássicas, as artes triviais relacionadas às letras, que se completavam pelo *quadrivium*, as artes relacionadas ao número: geometria, aritmética, música e astronomia.

Com a fundação do Sacro Império Romano-Germânico do ocidente no século X d.C., a latinidade europeia passa por um período de renovação que culminará com a reconquista de territórios e a libertação de Portugal em 1139. Quanto à escolástica e aos estudos sobre a linguagem na latinidade, a obra de Santo Tomás de Aquino, no século XIII, representa a renovação do espírito cristão em diálogo com a cultura clássica antiga greco-romana. Neste período histórico medieval, o comércio com o Império Bizantino permitia o contato entre os reinos europeus e o Oriente, havendo contato entre as caravanas e a navegação no mar Mediterrâneo.

Neste contexto de aprofundamento das relações Ocidente-Oriente, Portugal inicia a sua política expansionista na África, com as navegações, a partir de 1415, e descobertas de rotas marítimas. Entretanto, outro fator histórico, que contribuiria para a necessidade de expansão marítima, seria a queda de Constantinopla, capital do Império Bizantino, em 1453, dominada pelo Império Turco-Otomano em expansão. Essa nova ameaça de uma invasão islâmica, que fechou as rotas comerciais anteriores com as Índias, acaba por incentivar o papado a fomentar as navegações ocidentais no Oceano Atlântico, o que redundou na publicação da Bula *Inter Coetera* e no Tratado de Tordesilhas de 1494, que permitiram a Portugal e à Espanha colonizar as terras da América, oficialmente descoberta em 1492 por Colombo.

A ruptura dos reinos germânicos com o papado, a partir da Reforma de Lutero em 1517, propicia o surgimento de figuras como Erasmo de Roterdã e da proposta educacional do Humanismo renascentista, o que por sua vez resulta na Reforma católica, afetando sobretudo universidades, como ocorrera com a Universidade de Coimbra em 1534, e a criação de ordens como a *Societas Iesu*, a Companhia de Jesus, para a política missionária ultramarina de Portugal e Espanha. Para se aquilatar o empreendimento que foi a política cultural de Portugal na época de D. João III, veja-se a oração de sapiência de Arnaldo Fabrício, proferida em latim aos 21 de janeiro de 1548, na abertura do ano letivo do Colégio das Artes de Coimbra, em que o autor evidencia a concepção dos estudos humanísticos e as ideias linguísticas de então, no intuito de fomento à manutenção da latinidade no Renascimento português. O discurso tem por tema a defesa das artes liberais e o seu ensino em Portugal no século XVI:

Porro autem adolescentes artium, quae summis ac ueris laudibus hic ornantur, studiis deditos hoc officio demereri uolui, qui cum ad cognitionem illarum, quibus tot, tantaque, ad omnem uitae partem proposita sunt praemia, hac laudatione, cohortationeque mea sentient se fortasse non parum moueri, libenter agnoscent, quantum hoc uno litterarum nomine illustrissimo ac sapientissimo Regi debeant; qui dum acria Lusitaniae iuuentutis ingenia politissima Gallorum et Italarum

⁵ Bassetto (2013, p. 177-8).

aduenticia doctrina cultiora reddantur, nullis sibi ea in re sumptibus parcendum putat.

Além disso, quis com o meu trabalho incitar os jovens a entregarem-se ao estudo das artes que aqui se enaltecem com os mais elevados e verdadeiros argumentos. Quando eles, com este louvor e com a minha exortação, se sentirem talvez impelidos ao conhecimento das artes, que proporcionam durante toda a vida tantas e tão grandes recompensas, reconhecerão de bom grado quanto devem, no aspecto literário, a tão Ilustríssimo e Sapientíssimo Rei. De facto, entende que não se deve furtar a despesas nesta matéria, contanto que os espíritos perspicazes da juventude lusitana se tornem mais cultos, em contacto com o saber brilhantíssimo dos Franceses e Italianos (Fabrício, 2011, p. 30-1, tradução de Sebastião Tavares Pinho).

Diversos acontecimentos históricos redundariam na ocupação territorial e fundação de colônias em diversos pontos do globo, como o Brasil, na América portuguesa, suscitando a atuação de missionários como José de Anchieta, com formação humanística, descendente de cristãos-novos e oriundo das Ilhas Canárias, um dos alunos do Colégio das Artes de Coimbra, que chegaria à cidade de São Salvador, no ano de 1553, aos dezenove anos. A política missionária iniciaria um novo momento na ocupação do território atingido pelas navegações no Atlântico.

FLP20(2)

2 *MONUMENTA ANCHIETANA* E A OBRA FILOLÓGICA DE ARMANDO CARDOSO

O conjunto de obras compostas por José de Anchieta (1534-1597) na América quinhentista portuguesa é também conhecido no século XX como *Monumenta Anchieta*, coleção ainda em elaboração pelas Edições Loyola, que inclui obras de Anchieta e também obras acerca de Anchieta, compostas por outros autores, como os padres Cardoso, Viotti e Moutinho. Este conjunto de obras é um dos mais representativos do período incipiente da colonização do Brasil, em sua integração ao vasto império ultramarino colonial português, cujo apogeu deu-se entre 1415 e 1580 e teve como marco inicial a conquista de Ceuta aos mouros em 1415 e, por marco derradeiro, a sucessão da dinastia de Avis pela União Ibérica, após o desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir⁶. Anchieta é um autor do século XVI que suscitou estudos dos mais diversos ao longo de séculos, iniciados, inclusive no ano de sua morte, com seus primeiros biógrafos, como Quirício Caxa, que publicou em 1598 a *Breve Relação da vida e morte do padre Anchieta*. Há, desta forma, vasta bibliografia sobre ele, que, por ter escrito sua obra em português, espanhol, latim e tupi, representa o multiculturalismo inicial do Brasil no século XVI.

⁶ Vasconcelos, 2016: “Estabelecida a paz com Castela em 1411 os portugueses conquistaram Ceuta no norte do Marrocos (1415), com uma enorme frota de 200 navios, levando 19.000 combatentes e 1700 marinheiros (Saraiva, 1993, p. 131). Em seguida foram conquistadas Alcácer-Ceguer em 1458; Tânger e Arzila em 1471 e Aguer em 1505. O castelo de Safim foi construído em 1508 e em 1513 e 1514 foram ocupadas Azamor e Mazagão. Por outro lado, em 1513 os portugueses foram derrotados em Mamora.

A partir de 1541 o movimento se inverteu: os portugueses começam a evacuar Arguer, Azamor e Safim, devido a pressão árabe-moura. Esta última chegou a ser sede de bispado. Entre 1549 e 1550 foram também evacuadas Arzila e Alcácer-Ceguer (Saraiva, op. cit.). Em 1578 na grande batalha de Alcácer Quibir, os portugueses, que contaram com 17.000 combatentes (sendo 5.000 mercenários estrangeiros), foram derrotados (Ibid., p. 174.), com a morte do rei D. Sebastião, o que teve como consequência a União Ibérica, com a passagem da coroa de Portugal para Filipe II da Espanha”.

Ainda que o pioneirismo do processo de evangelização na América portuguesa fosse oriundo de esforços de franciscanos, como Frei Henrique de Coimbra, que celebrou as primeiras missas no Brasil, ainda na frota cabralina, e a missão franciscana *Mbiaça* em Laguna (Costa, 2011, p. 2), os jesuítas tiveram, a partir de meados do século XVI, relevantes atividades na costa do Brasil. As obras completas de Anchieta, porém, ainda não foram editadas em sua totalidade com edição definitiva, ainda que diversos esforços tenham sido empreendidos neste sentido, sobretudo pelo P. Armando Cardoso, SJ, que foi seu principal editor e pesquisador no século XX.

O trabalho filológico e linguístico do P. Armando Cardoso, na edição ainda não concluída dos *Monumenta Anchietae*, figura até os dias de hoje como a principal edição moderna do corpus anchietano, configurando-se seu trabalho de busca de fontes, crítica textual, tradução e análise das obras de um do capítulo profícuo da filologia e da linguística no Brasil do século XX, e merecendo a atenção dos historiadores da linguística no Brasil. Tendo o apoio de outros pesquisadores como Hélio Viotti e Murilo Moutinho, Armando Cardoso desenvolveu um trabalho de resgate de um autor quinhentista complexo, cuja obra vazada em latim, tupi, português e espanhol, como mencionado antes, já provoca por si só um obstáculo pela diversidade linguística, e, acrescentando-se a estas dificuldades, o fato de ser um autor que escreveu em data recuada no tempo e cujas fontes textuais se encontram em diversos contextos e lugares, necessitando-se um trabalho de reconstrução de itinerários de textos, impressos e manuscritos do autor para reagrupá-los. Armando Cardoso descreve este percurso nas obras de Anchieta que reeditou modernamente.

O plano de edição inicial dos *Monumenta Anchietae*, publicados pelas Edições Loyola, compunha-se das seguintes obras, assim numeradas, conforme consta na contracapa da edição do *Poema da Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus (De Beata Virgine Dei Matre Maria)*, de 1988:

FLP20(2)

Quadro 1. *Monumenta Anchietae* e suas datas de publicação.

<i>Título das obras</i>	<i>Data de publicação</i>
1. De Gestis Mendi de Saa – Poema Épico	1984, 2. ^a edição
2. Poemas Eucarísticos e Outros	1975
3. Teatro de Anchieta	1977
4. Poema da Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus (em dois volumes)	1980
5. Lírica portuguesa e tupi I e Lírica espanhola II (em dois volumes)	1984
6. Cartas de Anchieta – Correspondência ativa e passiva	1984
7. Sermões de Anchieta	1987
8. Diálogo da Fé (em Tupi)	1988
9. Textos históricos	1989
10. Doutrina cristã (em Tupi). Tomo I: Catecismo brasílico. Tomo II: Doutrina autógrafa e confessionário	1992
11. Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil	1990
12. Anchieta, o Apóstolo do Brasil	1980, 2. ^a edição
13. Primeiras biografias de José de Anchieta	1988
14. O nome de Anchieta no Brasil e no mundo	
15. Processo de canonização – testemunhos seletos	
16. Anchieta na pintura, escultura, medalhas e selos postais	
17. Bibliografia anchietana e índice com obras completas	

As obras sem data de publicação não foram concluídas, havendo alterações, como a publicação em 1989 do volume 9, com os textos históricos escritos por Anchieta, editados por Hélio Viotti. Da mesma forma ocorre com o volume 8, *Diálogo da Fé*, que fora publicado em 1988, após a edição de 1988 do poema à Virgem Maria, que usamos como referência, sendo posterior também a publicação dos volumes 9, 10 e 11. Os volumes 14, 15, 16 e 17 constam como “em preparação”, na contracapa de outros volumes da coleção.

Para se aquilatar a extensão deste trabalho filológico e linguístico, somente a obra poética, escrita em latim por Anchieta, equivale, pela quantidade de versos, às extensas obras de Virgílio e Ovídio, somando milhares de versos, metrificadas em dísticos elegíacos e hexâmetros dactílicos, além de textos com metros variados em padrão clássico e medieval. Segundo Armando Cardoso: “Mais da metade do acervo poético de Anchieta é escrito em latim: cerca de 10.200 versos, contra cerca de 9.200 em português, castelhano e tupi.”(Anchieta, 1989, v.2, p.5).

Armando Cardoso, como filólogo e linguista, é, sem sombra de dúvidas, um dos grandes vultos nos estudos anchietanos. Sua obra merece reconsideração na historiografia linguística no Brasil do século XX, ainda que não estejam publicados em sua totalidade os *Monumenta Anchieta*. A reedição contemporânea do *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa* pode ser analisada a partir de pressupostos da historiografia da linguística, para resgatar o processo pelo qual o poema épico de Anchieta passou até as edições recentes de Armando Cardoso no século XX:

Pe. Armando Cardoso, a maior autoridade até o presente para falar sobre as obras de Anchieta, desde jovem, ainda estudante da Companhia de Jesus, já estudava Anchieta e passou toda a vida se aprofundando na produção histórica de Anchieta. O Poema de Mem de Sá, Poema da Virgem Maria, em dois grossos tomos, a Lírica Portuguesa e Tupi e a Lírica Espanhola somam cinco volumes que fazem parte das Obras completas de Anchieta, volumes estes que incluem valiosíssimas notas, pelos estudos feitos dos manuscritos e antigos códigos. Como humanista e latinista, com capacidade para examinar a fundo os dois grandes Poemas de Anchieta, o *De Gestis Mendi de Saa* e o Poema da Virgem, Cardoso sentiu a necessidade de estudar a língua tupi. Em quatro séculos, desde a morte de Anchieta, nenhum literato se aprofundou tanto no estudo histórico e crítico da excepcional capacidade da produção poética de Anchieta em latim, português, castelhano e tupi. Basta dizer que, para este IV Centenário, o humanista e poliglota Pe. Armando Cardoso empregou mais de 70 anos mergulhado no estudo, análise e profundidade de crítica, tornando-se, sem exagero, como já o dissemos, a maior autoridade para escrever sobre a produção poética de Anchieta. Não há mais o que acrescentar a essa Bibliografia. Além dos cinco volumes sobre o acervo poético de Anchieta em quatro línguas, colaborou também na publicação da Gramática Tupi. Publicou também em opúsculos, revistas e artigos em jornais. Até o presente momento, 60 artigos, como consta deste *Ensaio de Bibliografia Anchieta* (Moutinho, 1999, p. 18).

FLP20(2)

3 FONTES DO *DE GESTIS MENDI DE SAA* E EXCERTO DO POEMA

Uma edição de 1563 é a *editio princeps* do poema *De Gestis Mendi de Saa* (Sobre os feitos de Mem de Sá), oriunda da tipografia da Universidade de Coimbra à época do apogeu do Humanismo renascentista português, movimento cultural e espiritual que teve maior relevo entre 1485 e 1596 (Tannus, 2008, p. 13), inclusive com a edição

de diversas gramáticas e dicionários relacionados ao ensino das línguas sapienciais: o latim, o grego e o hebraico. A obra novilatina de Anchieta vincula-se a esta tradição, profundamente estudada pelo filólogo e linguista Américo da Costa Ramalho, que ao longo do século XX contribuiu com suas publicações para a compreensão desta tradição em Portugal e seus reflexos na América Portuguesa quinhentista.

Ainda que polêmicas surgissem em torno do poema *De Gestis Mendi de Saa*, como a contestação de sua autoria por Serafim Leite (Ramalho, 1999, p. 248-250), e outra sobre a sua estilística, tentando vinculá-lo ao Barroco, conforme o pensamento de Leodegário de Azevedo, prevaleceram as posições de Armando Cardoso e Américo Ramalho, sobre a autoria de Anchieta e sobre tal obra ter sido fruto de sua educação humanística no Real Colégio das Artes de Coimbra entre 1548 e 1551, sobretudo a partir de larga produção bibliográfica, com a edição, tradução e análise minuciosas das obras de Anchieta (Ramalho, 1989-1990, p. 295).

A edição de 1563 do poema *De Gestis Mendi de Saa* só veio ao conhecimento público em 1954, a partir de pesquisas de Luís de Matos⁷. Entretanto, a primeira edição crítica de Armando Cardoso se baseou na outra fonte do poema: o manuscrito de Algorta. Armando Cardoso editara inicialmente o poema pelo Arquivo Nacional em 1958, contando apenas com a fonte mais tardia do manuscrito, reeditando-o em 1977, após o contato com a *editio princeps* de 1563, havendo, assim, um lapso de mais de uma década para a reedição do poema de Anchieta, a partir de suas duas fontes conhecidas.

Após a edição de 1977, o *De Gestis Mendi de Saa* estaria disponível ao leitor contemporâneo na sua íntegra, com uma tradução poética e comentários filológicos elaborados por Armando Cardoso, a que se seguiria outra edição em 1984, sendo esta a principal referência contemporânea ao poema épico de Anchieta.

A fonte principal do poema é a edição de 1563, ainda que esta seja fragmentária em relação ao manuscrito de Algorta e tenha trechos suprimidos. A edição de 1563 foi tipografada por João Álvaro, tipógrafo-régio, sendo um dos principais poemas do Humanismo renascentista português, e um dos poucos textos escritos sobre o Brasil em latim à época. O clima épico das Navegações e Descobrimentos que teria sua expressão máxima em *Os Lusíadas* de 1572, teria sido antecipado na epopeia anchietana escrita uma década antes, sobre o empreendimento da colonização do Brasil.

Em 1997, o poema foi reeditado em edição fac-similada pela Fundação Biblioteca Nacional, tornando-se a principal forma de acesso ao texto original que se encontra no Arquivo Distrital de Évora (Anchieta, 1997, p. 23). Já o manuscrito de Algorta foi perdido em incêndio, restando dele cópia fotográfica que ficou de posse de Armando Cardoso, para a reedição das obras de Anchieta.

Pela datação da edição de 1563 e pelos fatos históricos narrados no poema, como o primeiro combate contra a França Antártica, pode-se estimar que foi finalizado antes da edição entre 1561 e 1563, contando Anchieta entre 27 e 29 anos na época de sua autoria e já estando no Brasil havia quase uma década. Por narrar fatos relativos às Capitânicas do Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, o poema traça um panorama das principais concentrações de colonos na época, que incluíam ainda S. Vicente e Pernambuco, como limites da ocupação territorial da costa litorânea.

⁷ Anchieta (1997, p. 21-22).

Por se tratar de *poema epicum* do Renascimento, o tom da epopeia anchietana é militar e belicoso, enaltecendo os feitos militares da época de fundação da colônia na América portuguesa. O poema *De Gestis Mendi de Saa*, com suas fontes, é o primeiro volume dos *Monumenta Anchietana*.

O excerto selecionado para este artigo, tirado da edição de 1563 do *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa* e da edição de 1986, é um texto que descreve a fundação de igrejas no Brasil quinhentista. Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil, como jurista, auxiliou o trabalho missionário, não tendo o intuito de resolver controvérsias com a população indígena pelo uso da força militar, antes propondo que colonos e indígenas vivessem sob as mesmas leis.

Entretanto, as partes não concordavam com essa perspectiva de organização da colônia, estando ambos os grupos distanciados e preparando-se para o confronto, iniciado desde as primeiras décadas de ocupação anteriores à chegada de Mem de Sá. Ainda que houvesse o intuito de uma guerra derradeira entre ambos os grupos, isto não ocorreu, tendo sido posteriormente criadas, de um lado, as primeiras vilas na Bahia e, de outro lado, as primeiras missões jesuíticas, como o poema narra, graças à habilidade política do governador-geral.

Mem de Sá, como jurista de formação pela Universidade de Salamanca (Ramalho, 1999, p. 242), tanto impedia o ímpeto de colonos quanto não cedia às convocações para um combate final por indígenas, estabelecendo um convívio de certo modo pacífico, mas sob o regime de tensão entre as duas comunidades distintas, com eventuais confrontos. Acrescenta-se a isso o papel fundamental que o P. Manuel da Nóbrega, SJ, também formado pela Universidade de Salamanca, teve no aconselhamento a Mem de Sá.

O excerto que apresentamos descreve a construção de igrejas na capitania da Baía de Todos os Santos. A região descoberta oficialmente em 1501, em navegação de que participou Américo Vespúcio, foi considerada como capitania hereditária pela Coroa portuguesa apenas em 1540. Nesta região se encontrava, à época de Mem de Sá no Brasil, uma das raras cidades fortificadas da América, a cidade de São Salvador:

Sucessivamente, no entanto, renunciavam, ou faliam, ou perdiam a vida os donatários no intento. A Capitania da Bahia de Todos os Santos pertencia a Francisco Pereira Coutinho, guerreiro do Oriente como Duarte Coelho, que fora seu companheiro na Índia. Na sua chegada ao Brasil, em 1536, para tomar posse da província que lhe cabia valorizar, encontrou o célebre náufrago Diogo Álvares, feito patriarca local graças à numerosa família “mameluca” a sua roda, homem pacífico, de boa índole, estimado dos índios a quem se vinculava. Infelizmente, havia nas proximidades tabas hostis sobre as quais falhava a sua ação pacificadora. O donatário velho, doente, sem recursos, não dispunha tampouco de habilidade em lidar com os poucos brancos que o cercavam. Os desmandos de um clérigo irrequieto, a perturbação que gerava, o enfraquecimento dos brancos em presença de gentio hostil, incitado por franceses, provocaram a tragédia em que o veterano perdeu a vida, na hora de retornar de Porto Seguro à Bahia, depois do assalto da indiada adversa contra os engenhos de açúcar por ele construídos em anos de trabalho e sacrifícios. Tudo se perdeu no mesmo desastre. O capitão e o seu labor. Restava apenas o núcleo do Caramuru para receber os socorros finalmente expedidos por D. João III, ao instituir o governo-geral do Brasil, que se foi estabelecer nas imediações da antiga Vila Velha mameluca (Ab’Saber, 2007, p. 116-7).

FLP20(2)

Diogo Álvares Correia, o lendário Caramuru, foi um de seus primeiros colonos, segundo relatos da época colonial, casado com a indígena convertida ao cristianismo, Catarina Paraguaçu, o que firmara o início da aliança luso-tupi na região, antes mesmo da fundação do governo-geral⁸. Em 1548, após uma sucessão de tragédias, a Coroa adquiriu as terras da capitania e lá fundou o governo-geral, com Tomé de Souza, o primeiro governador-geral, entre 1549 e 1551, tornando-se a cidade de São Salvador capital da América portuguesa. O mandato de governador-geral perduraria por um triênio inicialmente.

Com a chegada de Duarte da Costa, segundo governador-geral, de formação militar, as tensões entre colonos e indígenas não retrocederam, graças em parte à conduta de seu filho, Dom Álvaro da Costa. A chegada de D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, seria um elemento complicador, por ele confrontar diretamente os costumes indígenas e as atitudes de colonos, aprofundando tensões. Seu trágico naufrágio levou-o às mãos dos Caetés, que o devoraram, por fim, num ritual antropofágico.

Neste contexto, Mem de Sá encontra uma colônia com sérios problemas de organização e à beira do colapso. Com auxílio dos jesuítas, implementa uma política para pacificar a região, com “guerras justas”, de legítima defesa, e busca conter a ânsia dos colonos em escravizar a população indígena. Os dois grupos estabelecem-se separadamente em vilas e missões, e as atividades de produção de açúcar se iniciam, com uso de mão-de-obra escrava, que fomentava o tráfico humano das colônias na costa da África. Com a imigração europeia, a diáspora africana e a conversão indígena, se formam os primeiros núcleos civilizatórios do Brasil quinhentista.

FLP20(2)

4 DE GESTIS MENDI DE SAA: VERSOS 1190-1223: FUNDAÇÃO DE IGREJAS

Apresentamos um excerto do livro II do *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta, a partir da edição de 1986 de Armando Cardoso (Anchieta, 1986, p. 142-4). O excerto apresentado refere-se à fundação de igrejas no Brasil quinhentista. Na edição de 1986 de Cardoso, há a referência às páginas 29 e 30 do manuscrito de Algorta para o excerto, não havendo indicação em relação à *editio princeps* de 1563.

O manuscrito de Algorta, sem datação, e a *editio princeps* de 1563 são as fontes textuais conhecidas do poema anchietano, utilizadas por Armando Cardoso. A tradução, que apresentamos após o original, também é de autoria de Armando Cardoso:

⁸ Sobre as fontes da lenda de Caramuru Treece (2013, p. 309) escreveu: “Uma das primeiras e mais elaboradas menções ao mito é a do colono Gabriel Soares de Sousa: em sua *Notícia do Brasil* que foi publicada em 1587. Outros detalhes aparecem nas obras de dois clérigos do século XVII: a *História do Brasil 1500-1627* de Frei Vicente do Salvador, e *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, de Simão de Vasconcellos. No século XIX, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua pesquisa sobre os principais expoentes do mito (*O Caramuru perante a história*), enfatiza a importância de Simão de Vasconcellos para a ordenação dos acontecimentos da história numa estrutura coerente: “É possível que Vasconcellos, recebendo a tradição já arranjada a modo de romance, a concertou como pode para narrar nas formas históricas estes sucessos”. A versão mais elaborada e altamente retórica de Sebastião da Rocha Pitta em *História da América Portuguesa* dá o tom literário para o século XVIII e para Santa Rita Durão”.

<i>Singula quid referam quae, Christi numine tactus,</i>	1190
<i>Dux pius effecit Mendus? Res praedicat ipsa:</i>	(p. 30)
<i>Templa nitent, non marmoreis fundata columnis,</i>	
<i>Non lapide aut pario, fulgenti aut iaspide pulchra,</i>	
<i>Non radiata novo argento, nitidove elephanto,</i>	
<i>Pallentive auro aut Gangetide ditia gazae;</i>	1195
<i>Sed Christi fundata fide, sanctisque Tonantis</i>	
<i>Praeceptis ornata micant, ubi caelica Flamma</i>	
<i>Divino incendit Brasillica pectora amore,</i>	
<i>Divitiisque animas variis locupletat egenas.</i>	
<i>Haec pius erexit praeses, sanctisque dicari</i>	1200
<i>Nominibus voluit: primum sibi vindicat Almus,</i>	
<i>Qui docuit gentes caelestia dogmata, Paulus,</i>	
<i>Nomine pro Domini aerumnas perpessus lesu</i>	
<i>Ingentes, multosque dolos variosque labores,</i>	
<i>Atque graves casus ponti, terraeque pericla;</i>	1205
<i>Et meruit clarum, sectus caput ense, triumphum.</i>	
<i>Altera templa tenet duodena ex plebe Iacobus,</i>	
<i>Qui intrepida nomen resonat dum voce Magistri,</i>	
<i>Primus Apostolici numeri caput obtulit ensi,</i>	
<i>Fudit et afflicta pretiosum morte cruorem.</i>	1210
<i>Tertia, Iohannes, prae cunctis carus lesu</i>	
<i>Discipulis; nivei quem gloria clara pudoris</i>	
<i>Reddidit eximium; cui tantus pectore fido</i>	
<i>Ardor amoris erat, furiosos inter ut enses</i>	
<i>Semper adusque crucis tormenta infanda, Magistro</i>	1215
<i>Haeserit; et meruit, summo cumulatus honore,</i>	
<i>Audire a Domino moriente novissima verba;</i>	
<i>“En quae me sacro, nivei sine labe pudoris,</i>	
<i>“Ventre tulit, dulci lactavit et ubere Mater!</i>	
<i>“Haec tibi mater erit; tu filius ipsius esto!”</i>	1220
<i>Ultima constructi nuper fastigia templi,</i>	
<i>Spiritus Alme, tibi sacra sunt: tu maxima Olympi</i>	
<i>Atria, tu terram et pontum numine complex;</i>	

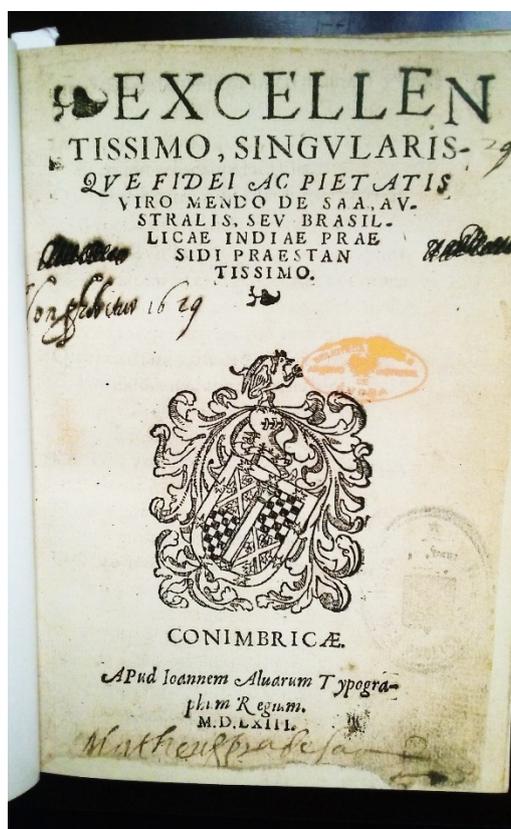
FLP20(2)

(Mas, porque narrar por miúdo quanto, inspirado por Cristo,	1190
realizou o piedoso chefe? Proclamam-no os fatos.	
Erguem-se templos: não se firmam em marmóreas colunas	
nem se talham de blocos brilhantes de Paros ou nítido jaspé	
não brilham de pratas novas, e lustrosos marfins,	
nem de áureas palhetas, ou alfaías preciosas do Ganges:	1195
firmam-se na fé de Cristo e adornam-se dos santos preceitos	
do Onipotente; é aí que a chama celeste incendeia	
de amor divino os simples corações dos Brasis,	
e lhes cobre as pobres almas de verdadeiras riquezas.	
O chefe piedoso os ergueu e quis dedicá-los	1200
a celestes patronos: a Paulo foi consagrado o primeiro,	
àquele que ensinou aos gentios a doutrina de Cristo,	
e pelo nome do Senhor Jesús sofreu dissabores,	
muitos e enormes enganos e grandes trabalhos,	
duros naufrágios no mar e mil perigos na terra,	1205
e dando a cabeça ao ferro alcançou brilhante triunfo.	
Foi a segunda igreja dedicada ao apóstolo Tiago,	
primeiro dos Doze a oferecer o pescoço à espada,	
e derramar seu precioso sangue em morte afrontosa,	
enquanto exalta com voz corajosa o nome do Mestre.	1210
Coube a terceira a João, o amigo predileto de Cristo:	
distinguiu-o entre os demais a fúlgida glória	
de sua nívea candura. Tão forte amor lhe abrasava	

o peito fiel, que entre espadas furiosas teve a coragem
de seguir o Mestre até os tormentos terríveis da cruz. 1215
Aí mereceu receber a maior honra da terra,
ouvir do Senhor moribundo as derradeiras palavras:
“Eis aquela que em seu seio de imaculada pureza
me concebeu e a seus níveos peitos me nutriu pequenino
será ela tua mãe e serás tu seu filho!” 1220
As últimas torres erguidas, foram a ti consagradas
ó Divino Espírito Santo: é teu sopro que enche
os espaços celestes, as vastidões do mar e da terra).

Na *editio princeps* de 1563, o excerto encontra-se nas páginas 22 e 23, sem numeração (Anchieta, 1997), conforme edição fac-símile. Registramos algumas variantes, em relação à leitura de Armando Cardoso. No verso 1196, conforme a edição de 1986, que segue o manuscrito de Algorta, há: *Sed Christi fundata fide, sanctisque Tonantis*, enquanto na *editio princeps* de 1563 temos: *Sed fundata Christi fide, sanctisque tonantis*. Já no verso 1199, Cardoso registra: *Divitiisque animas variis locupletat egenas*, enquanto na edição de 1563, temos: *Divitiisque animas veris locupletat egenas*.

O registro de variantes entre as fontes justificaria por si só uma necessidade de se analisar mais profundamente o corpus anchietano. O trabalho pioneiro de Armando Cardoso em buscar as fontes, estabelecer textos e traduzi-los é fundamental para termos um conhecimento contemporâneo da obra de Anchieta. Entretanto, podemos inferir que ainda há a necessidade de um trabalho filológico específico em relação às variantes nas fontes textuais do poema.



Fonte: Anchieta (1997, p. 24).

Figura 1 - Frontispício da edição de 1563 do *De Gestis Mendi de Saa*.

5 CONCLUSÃO

O *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta foi escrito inicialmente à época de D. João III, mas publicado já durante a época de D. Sebastião, em 1563. Sua reedição moderna só veio a lume em 1958, 1970 e 1986, em três edições desenvolvidas por Armando Cardoso. Ao registrar os esforços iniciais de formação da colônia na América portuguesa, Anchieta demonstra em seu poema as dificuldades de estabelecer uma colônia, com poucos recursos e poucos colonos, em que os povos indígenas tiveram intensa participação, desde os conflitos iniciais até o estabelecimento da paz. Do momento de conflito inicial até o estabelecimento de alianças e, por fim, da paz, a colônia foi-se desenvolvendo e integrando-se ao comércio global praticado na rede de interações do extenso império colonial ultramarino português, que teve entre 1415 e 1580 seu apogeu. O poema de Anchieta registra importante momento histórico na colonização do Brasil quinhentista.

O início da colônia foi marcado por atividades militares, como se registra na obra anchietana, até que se estabelecesse uma rotina de convívio mais amplo, favorecida pela atuação de missionários e pela política de conversão. Assim como os povos germânicos, após a queda do Império Romano, foram aos poucos convertendo-se ao cristianismo, a política de conversão nas Américas possibilitou alianças entre determinados grupos indígenas e europeus, o que permitiu a ocupação do território, surgindo uma nova sociedade neolatina no Brasil quinhentista.

A navegação pelo Atlântico possibilitou a expansão de Portugal por todo o globo, na África e nas Índias, e por fim, nas Américas. O nascimento do Estado do Brasil, com o estabelecimento do governo-geral na cidade de São Salvador, marca o surgimento de um novo ator geopolítico para as Américas e para o mundo neolatino, dentro do projeto de expansão da cristandade ocidental, que buscava unificar o território costeiro sob o mesmo domínio. Como reflexo das imigrações, que criaram a colônia de além-mar, temos o desenvolvimento incipiente de práticas culturais que foram registradas, por exemplo, na obra em latim de S. José de Anchieta, SJ (1534-1597), desenvolvida no contexto do Humanismo renascentista português, e oriunda de tradição relacionada ao Colégio das Artes de Coimbra da época de D. João III. O *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa*, reeditado modernamente por Armando Cardoso, é um dos principais registros documentais da latinidade no Brasil quinhentista.

REFERÊNCIAS

Ab'Saber AN. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2007.

Anchieta J. Textos históricos. São Paulo: Loyola; 1989.

Anchieta J. Poema da Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus. São Paulo: Loyola; 1988, 2 v.

Anchieta J. Doutrina cristã. São Paulo: Edições Loyola; 1992, 2 v.

Anchieta J. Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil. São Paulo: Loyola; 1990.

Anchieta J. Cartas: correspondência ativa e passiva. São Paulo: Loyola; 1984.

- Anchieta J. De Gestis Mendi de Saa. Poema dos feitos de Mem de Sá. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; 1958.
- Anchieta J. De Gestis Mendi de Saa. São Paulo: Loyola; 1970.
- Anchieta J. De Gestis Mendi de Saa. São Paulo: Loyola; 1986.
- Anchieta J. De Gestis Mendi de Saa. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Nacional; 1997.
- Anchieta J. Poemas eucarísticos e outros. São Paulo: Loyola; 1975.
- Anchieta J. Teatro de Anchieta. São Paulo: Loyola; 1977.
- Anchieta J. Manuscrito de Algorta. Cópia digital. [s.d.]
- Bassetto BF. Elementos de Filologia Românica: História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp; 2013.
- Carlan CU. Constantino e as transformações do Império Romano no século IV. História da Arte e Arqueologia. 2009;11(1):27-35.
- Caxa Q. Primeiras biografias de José de Anchieta. São Paulo: Loyola; 1988.
- Costa SR. O protagonismo dos franciscanos na evangelização no Brasil antes dos jesuítas: a experiência de Laguna. Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades. 2011;13:1-14.
- Diniz DCB. O conceito de América Latina: uma visão francesa. Caligrama: Revista de Estudos Românicos. 2007;12(2): 129-148.
- Fabrizio A. Orações de sapiência: 1548-1555. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2011.
- Franco AC. O Brasil e as origens da união Latina. Brasília: Funag; 2002.
- Godoy AM. Mundo helénico e ideologia no direito romano. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. 2004;45(2):75-103.
- Henriques JMN. O radicalismo islamista na península ibérica: a reconquista do Al Andalus [dissertação]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; 2011. [citado 02 fev. 2018]. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7039/1/joao.pdf>.
- Moatti C. The birth of critical thinking in Republican Rome. Cambridge: Cambridge University Press; 1997.
- Mollinari E. A etimologia segundo Santo Isidoro de Sevilha [homepage]. 1998. [citado 07 fev. 2018]. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais_iicnlf02.html.
- Moutinho M. Bibliografia para o IV centenário da morte do beato José de Anchieta, 1597-1997. São Paulo: Loyola; 1999.
- Oliveira LL. A Septuaginta – uma herança alexandrina até nossos dias. Principia. 2008;16:115-122.
- Pires A, et al. Cartas avulsas 1550-1568. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; 1931.
- Ramalho AC. Os versos latinos de Francisco de Sá e a autoria do poema De Gestis Mendi de Saa. Humanitas. 1999;51:241-250.
- Ramalho AC. Resposta do Director a Leodegário de Azevedo Filho. Humanitas. 1989-1990;41-2:295-308. [citado 07 fev. 2018]. Disponível em:

https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas41-42/14.1_comentario_a_reposta.pdf.

Resende A. *Antiguidades da Lusitânia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2009.

Silva Neto S. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença; 1992.

Souza GS. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Martins; 1949.

Salvador V. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos; 1965.

Saraiva JH. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa; 1993.

Tannus CAK. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. *Calíope*. 2007;16:13-31.

Trecece D. Caramuru, o mito: conquista e conciliação. *Teresa, revista de Literatura Brasileira*. 2013;12-3:307-344. [citado 07 fev. 2018]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99394>.

Varnhagen FA. O Caramuru perante a história. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. 1848;10(3):129-52.

Vasconcellos S. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira; 1663.

Vasconcelos P. De redes a territórios: o Império colonial português [homepage]. 2016. [citado 7 fev. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672016000200003.

Vidos BE. *Manual de Linguística Românica*. Rio de Janeiro: Eduerj; 1996.

FLP20(2)